

O USO DE SI DO AGENTE DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

LUANA SODRÉ DA SILVA SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

Agradecimento à orgão de fomento:
CAPES

O USO DE SI DO AGENTE DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho atravessa um processo de reestruturação produtiva e organizacional, cujas inflexões apontam para o esgotamento do modelo taylorista-fordista, estabelecendo novos cenários produtivos. Entre as estratégias de enfrentamento da chamada "crise estrutural do capitalismo", dos clássicos padrões produtivos, observou-se a implementação de novos padrões de acumulação flexível (HARVEY, 2000), através da qual trouxe uma série de consequências para as relações de trabalho, como o crescimento do desemprego e de formas precárias ou flexíveis de emprego (HARVEY, 2000).

Assim sendo, a classe trabalhadora vai assumindo novas configurações, incorporando novos modos de ser, pensar e agir (COUTINHO, 2009). Tais alterações se manifestam por alterações na natureza do trabalho, aumentando sua densidade, seu ritmo e a ampliação da jornada de trabalho, e também no uso de "novas" tecnologias gerenciais que supostamente vêm a "modernizar" as organizações. Ressalta-se, ainda, que fatores psicossociais como a relação comunicacional, a dimensão coletiva, a relativa autonomia, as necessárias mobilizações subjetivas e a implicação dos trabalhadores nos processos de trabalho, também foram alterados nesse processo de produção flexível (LIMA; BIANCO, 2009).

As mudanças associadas ao trabalho contemporâneo reiteram a importância do desenvolvimento de pesquisas sobre os sujeitos nesse contexto. Enquanto as empresas estimulam a realização de estudos e pesquisas organizacionais que em grande parte se concentram em buscar formas de organização do trabalho propiciadoras de maiores índices produtivos, "esquecendo-se" da relevância do fator humano na produção, outras campos da ciência, como a psicologia e a educação, tem buscado diferentes estratégias teórico-metodológicas para apreender as complexas relações entre as dimensões subjetivas e objetivas do trabalho contemporâneo (COUTINHO, 2009).

Por este motivo, faz-se necessário perceber que o trabalhador desempenha um papel preponderante em situações de trabalho nas organizações e é um elemento determinante para a compreensão dessas situações, na medida em que ele as singulariza e renova (LIMA; BIANCO, 2009). Com base nesses princípios, surgem estudos que diferenciam o trabalho prescrito e o trabalho real, pois a racionalidade não dá conta de todas as incertezas e dos eventos que envolvem as situações de trabalho. Na execução da tarefa, a realização do trabalho real sempre difere da prescrição, pois a atividade de trabalho é complexa e singular. Os trabalhadores elaboram maneiras de realizar suas tarefas e alternativamente redefinem suas atividades, de forma a amenizar as dificuldades existentes (TRINQUET, 2010).

Os estudos destes temas, conforme proposto pela ergologia, nos atentam para estas dimensões, às vezes pouco visíveis, do trabalho humano, que implica o entrecruzamento das formas de interação dos trabalhadores com o trabalho que executam e resulta em oportunidade de colaborar com a construção do conhecimento na referida área. Na busca pela compreensão desses valores, saberes, normas, dimensões menos aparentes na atividade e, muitas vezes, inconscientes para os trabalhadores, analisa-se a atividade de agentes de trânsito do município de Vitória, ES.

A profissão de agentes de trânsito surgiu em 1997, a partir do Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL, 1997), que determinou a municipalização da fiscalização, engenharia e educação para o trânsito por meio da descentralização administrativa na prestação desses serviços. Desde então, o trabalho desses agentes tem sido normalizado em diferentes documentos, como as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito e as legislações municipais. Entretanto, tais normas não são capazes de anteciper o que é feito do trabalho no espaço da vida real, o que é

preciso mobilizar de si para realizar a atividade. Existe uma distância entre o que as normas de diferentes ordens prescrevem como tarefa e aquilo que os agentes realmente fazem, a partir da mobilização de seus saberes, valores, experiências e com os meios que possuem, para realizar o trabalho (HOLZ; BIANCO, 2014). Este é o espaço onde reside a atividade e que interessa para a abordagem ergológica.

Nesse sentido, considerando as situações reais, as mobilizações, usos de si e renormalizações convocadas pela atividade, o objetivo deste artigo é compreender como os agentes de trânsito do município de Vitória, Espírito Santo, fazem usos de si, criam e mobilizam saberes, valores e experiências para realizar suas atividades de trabalho. O trabalho do agente de trânsito, apesar de ser prescrito por normas rígidas, apresenta um caráter imprevisível, uma vez que eles têm que se reinventar e utilizar de sua inteligência em diversas situações que emergem do cotidiano urbano para cuidar da segurança pública. Além disso, se constituem como uma profissão que trabalha em coletividade, o que torna o campo profícuo para os estudos da ergologia, tal como realizou Schwartz (2000) em suas pesquisas iniciais.

Percebe-se a importância dos estudos das situações de trabalho, complexas, singulares, reconstruídas a cada momento. Essa compreensão está aliada à necessidade de considerar o indivíduo como elemento central desses estudos, pois os conhecimentos resultantes deles em suas atividades podem ser utilizados para que os mesmos gerenciem seu trabalho. Consequentemente, a discussão desses processos como forma de construção do conhecimento e de práticas organizacionais mais humanizadas deve ser suscitada e ampliada, podendo ter embasamento em conceitos da ergologia, que ora se busca elucidar.

Apesar disso, a busca pela palavra-chave "Ergologia" na biblioteca eletrônica SPELL retorna apenas sete artigos, publicados nos últimos dez anos. Esse fato revela que essa abordagem clínica do trabalho não tem sido muito utilizada no campo da Administração quando se investiga o tema trabalho (GUIMARÃES et al, 2015). Portanto, este artigo pretende contribuir utilizando a ergologia em uma organização fortemente marcada pela rigidez e pelo risco ao qual se submetem seus trabalhadores.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ergologia: Algumas noções centrais

A ergologia é uma das abordagens denominadas de “clínicas do trabalho”, que se configuram como um conjunto de teorias busca evidenciar a relação entre o trabalho e subjetividade, permitindo novas leituras e análise do contexto do trabalho e, assim, a abertura de novas perspectivas para os estudos organizacionais (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Longe de tentar instrumentalizar e modular o trabalhador a um modelo de gestão, a ergologia o coloca no centro das atenções para que ele seja capaz de gerenciar seu próprio trabalho.

A abordagem ergológica, como comentam Holz e Bianco (2014), é recente e em construção, e convoca diferentes áreas do saber para estudar as situações de trabalho. Tal abordagem nos convida a fazer uma análise do ponto de vista do trabalhador, usualmente ausente nas empresas. Isso porque, devido a complexidade e a pluralidade do trabalho humano, só é possível conhecer o trabalho por aquele quem trabalha. É ele quem influencia as situações de trabalho, desempenham um papel preponderante nestas situações, uma vez que eles as singularizam e renovam a cada momento (SCHWARTZ, 2007).

A ergologia tem seu início em fins de 1970 e início de 1980 na França, dos estudos pluridisciplinares a respeito de situações de trabalho, como uma alternativa ao paradigma taylorista-fordista (GOMES JÚNIOR et al., 2015). Com o taylorismo e seus ideais cientificistas de gestão, o trabalho é reduzido à sua dimensão de tarefa e visto como algo a ser gerido de fora

e de forma prescritiva. Já a ergonomia, uma das bases teóricas da ergologia, demonstra que o trabalho humano não se restringe à sua prescrição, e apresentam a distinção entre trabalho real (atividade) e trabalho prescrito (tarefa), para pensar em qualquer ação sobre o trabalho em complexas determinações (SCHWARTZ, 2000).

De modo sucinto pode-se dizer que o prescrito é aquele trabalho a “ser feito”, definido de modo antecipado e externo como o trabalho deve feito, como métodos, procedimentos, ordens, regras. O prescrito encontra-se no nível da tarefa. Há também o real, compreendido como aquilo que de fato acontece, o que é efetivamente feito para cumprir com a tarefa. O real encontra-se no nível da atividade. Assim, a tarefa é o prescrito pelas organizações e pela organização do trabalho, o que os trabalhadores devem fazer, enquanto a atividade é o que eles realmente fazem para alcançar o prescrito (TRINQUET, 2010).

É importante destacar que o real está permeado pelo acaso, pela espontaneidade e pela própria subjetividade do sujeito, que se reinventa, renormatiza, a seu modo, as prescrições para a efetiva realização do trabalho. Para Schwartz (2010), toda atividade humana é sempre um desenrolar de protocolos normatizados, mas também de encontros entre os vazios das normas e o próprio sujeito, na situação em que ele vive o trabalho. A atividade torna-se fundamental, pois gere a todo instante esses encontros entre o prescrito e o real.

Ao mesmo tempo em que são singulares, essas renormalizações também são coletivas, uma vez que o trabalhador faz uso de si por si e pelos outros para gerir o seu trabalho. A fim de não confundir os conceitos de sujeito e subjetividade de outras áreas de conhecimento, Schwartz nomeia “uso de si” para a manifestação do sujeito. Existe também outro uso, que é o “uso de si por si”, o uso que cada um faz de si mesmo. O “si” carrega a inteligência, a memória e a experiência, bem como os hábitos, costumes e valores de homens e mulheres. É esse “si” que permite de início uma predisposição a responder (SCHWARTZ, 2007).

Já o “uso de si pelos outros” remete a fatores diversos, uma vez que jamais se trabalha totalmente sozinho. Os “outros” podem ser colegas de trabalho ou ainda podem estar fora da proximidade imediata; podem ser aqueles que já trabalharam ali ou os que pagam pelo trabalho. Tudo isso está presente na intimidade das escolhas que o trabalhador faz sobre esse ou aquele procedimento, fazendo do trabalho uma realidade profundamente coletiva e profundamente individual, uma vez que é profundamente singular (HOLZ; BIANCO, 2014).

Esse processo é chamado por Schwartz (2010) de dramáticas do “uso de si”, pois nesse momento o sujeito faz escolhas, e essas são um modo de se posicionar, são modos que o sujeito encontra para fazer “uso de si”. Ademais, ressalta-se que o trabalho para a ergologia é sempre um lugar de debate, escolhas, negociações, gestões e decisões.

Por fim, cabe lembrar que a renormalização, e os consequentes usos de si, vão além de fazer diferente do que foi prescrito por outro. A ergologia pontua que renormalizar se trata de uma decisão que pode ocorrer de forma individual ou coletiva e, mais importante, pode acontecer quando as normas são insuficientes ou exageradas, ou quando não há normas (SCHWARTZ, 2010). No primeiro caso, o indivíduo contorna aquela norma e, no segundo, ele inventa novas. Schwartz (2007) também enfatiza que o homem, de maneira geral, em todos os aspectos da vida, está fadado a fazer diferente, a transgredir, pegar o prescrito, fazer usos de si e criar novas normas. Afinal, apenas repetir prescrição não é viver.

Desse modo, após uma breve apresentação das noções centrais da Ergologia que servirão de base para este estudo, no capítulo a seguir é apresentado o caminho percorrido para que o objetivo principal fosse atingido, isto é, compreender os usos de si dos agentes de trânsito.

METODOLOGIA

Descrição da coleta de dados

Esta pesquisa se caracteriza pela sua natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa demonstra maior familiaridade com a proposta de pesquisa, permitindo entender os usos de si dos agentes de trânsito da guarda municipal de Vitória. Merece pontuar que a pesquisa qualitativa possibilita maior aproximação do pesquisador com o campo de pesquisa, ou seja, permite ao pesquisador ter intimidade com o fenômeno de interesse e, conseqüentemente, o leitor terá maior precisão do fenômeno discorrido pelo pesquisador (BANSAL; CORLEY, 2011).

A posição adotada foi de depositar a ênfase da pesquisa nas vivências cotidianas e nos modos de ser dos trabalhadores, em como eles fazem usos de si quando executam suas atividades (SCHWARTZ, 2014). Com esta premissa, a condução da pesquisa foi fundamentada na abordagem da Ergologia, na busca do entendimento acerca do corpo si na atividade de trabalho da Guarda Municipal de Vitória. Schwartz (2006) nos fala que para compreendermos a atividade de trabalho a partir da Ergologia, devemos estudá-la sob o ponto de vista de quem o executa, ou seja, do trabalhador. Nesse sentido, a fim aproximar-se o máximo possível daquele que executa o trabalho, foi escolhida como técnica de coleta de dados a observação participante, com o intuito de explorar o fenômeno estudado.

Por ter uma posição etnográfica, o pesquisador “se ocupa basicamente das vidas rotineiras das pessoas que eles estudam” (ANGROSINO, 2009, p.31). Logo, aqui o olhar da observadora se volta para o trabalho do GMV, com o objetivo de conhecer o dia a dia dessas pessoas, estando face a face com elas, o que permitiu interagir de perto e conversar com elas enquanto trabalhavam. Assim, este método contribuiu para estabelecer um clima informal na pesquisa, viabilizando uma troca de informações de maneira leve e descontraída, uma vez que eles não estavam sendo gravados, como seria o caso de outro método qualitativo, como a entrevista. Esta observação participante, por ter tido fácil aceitação do grupo, reforçou a relação de confiança entre pesquisado-pesquisadora, se mostrando como um meio rico para conhecer o real da atividade de trabalho, tal como proposto por Schwartz (2000; 2010).

Na observação participante o pesquisador não é neutro no mundo dos sujeitos, mas precisa subjetivamente tornar-se um deles. Cabe lembrar que na observação participante, como explica Angrosino (2009, p.33), “os membros da comunidade estudada concordam com a presença do pesquisador entre eles como um vizinho e um amigo que também é, casualmente, um pesquisador.” Assim, neste estudo a pesquisadora fez um esforço para ser aceitável como pessoa e não simplesmente como uma cientista. Por isso, durante a pesquisa de campo, atuou como os GMVs: ficou de pé a todo o momento ao lado deles, caminhava, ia ao banheiro ou bebia água só quando também iam. No entanto, o trabalho de guarda no trânsito não podia ser realizado pela pesquisadora: por não ter recebido nenhum treinamento e não estar uniformizada, não era vista como, de fato, uma GMV, o que, por vezes, caracterizou estes momentos como uma observação não participante (CZAMIASWKA, 2014).

A seleção dos sujeitos de pesquisa se deu pelos seguintes motivos: A) por caracterizar-se como uma atividade de ofício, mostrando-se propícia para fazer estudos Ergológicos, que desde sua origem voltam seus olhares para esse público (SCHWARTZ, 2006) e, assim, fica mais claro a compreensão de seus conceitos; B) Ter formalmente as normas que prescrevem seus trabalhos, facilitando também o uso da perspectiva Ergológica, ao pontuar o trabalho prescrito (e futuramente permitir a diferenciação com o trabalho real); C) No cotidiano do trabalho lidarem com imprevisibilidades que surgem no trânsito e, por isso, terem que fazer usos de si para lidar com o inesperado (seja sozinhos ou coletivamente); D) Realizar suas atividades sempre em companhia, ou seja, constituir um grupo de trabalho, existindo momentos de convivência em que os saberes são compartilhados; e por fim E) por possibilitarem que a questão acadêmica

que está sendo investigada, o uso de si, tenha a maior probabilidade de ser vista de forma clara com a observação participante, tal como aponta Angrosino (2009).

A inserção no campo (pré-pesquisa) aconteceu na primeira semana do mês de setembro de 2019. Foram realizadas visitas a sede da Guarda Municipal de Vitória, com o objetivo de reunir informações sobre o processo de trabalho e a estrutura da organização. O acesso ao campo foi possível por meio de um colega, que já trabalhou no local e tem ainda tem conhecidos lá. Isso contribuiu para a fácil aceitação dos gestores em relação a pesquisa. Nessa etapa também foram efetivadas conversas com algumas chefias, com os chefes das Guardas, como o Secretário de Segurança, o Subsecretário e o Gerente de Trânsito. Com esses encontros foi possível obter a autorização para realizar a pesquisa e compreender sobre o cotidiano de trabalho e as diferentes funções exercidas pelos GMV (Guardas Municipais de Vitória). Também como parte da pré-pesquisa foi realizada uma breve investigação documental, com dados obtidos na internet, a respeito da história da GMV, Lei N. 6.033 (VITÓRIA, 2003) e Lei N. 7363 (VITÓRIA, 2008). A pesquisa propriamente dita começou com a observação participante com uma série de encontros nos locais de trabalho (PBs) dos GMS, na segunda semana do mês de outubro de 2019. Além de observar de perto suas atividades, foram realizadas conversas com os trabalhadores acerca de seu trabalho, a fim de tirar algumas dúvidas ou ouvir suas explicações de porque realizaram a atividade de tal forma. Teve uma variação de participantes, não havendo encontro com os mesmos sujeitos ao longo da pesquisa. Isso porque os mesmos trabalham em regime de turnos (nos dias de semana) e plantões (aos finais de semana) e, procurando trazer um olhar heterogêneo sobre o cotidiano de trabalho, foram escolhidos, a cada observação, um PB (ponto base) diferente e um horário diferente, seja manhã, tarde ou noite. Constatou-se que efetivamente as variações dos GMVs não interferem no andamento da pesquisa, uma vez que a fala dos sujeitos e as atividades trazem experiências semelhantes quanto ao cotidiano de trabalho. Ao todo, realizou-se observações nos seguintes bairros: Jardim Camburi, Barro Vermelho, Santa Lúcia, Santa Helena e Centro.

Embora os GMS exerçam diferentes funções, a pesquisa aqui se debruça sobre a atividade do agente de trânsito, mais especificamente os momentos em que ficam nos PBs. O trabalho de agentes comunitários e de agentes de trânsito em videomonitoramento, patrulhamento, no setor administrativo e nos momentos de descanso (na sede) não foi observado. Isso porque só foi autorizado pelo Secretário a atuação da pesquisadora nessa área. Também não foi autorizada, por questões de segurança, o acompanhamento da pesquisadora nas viaturas. Estas limitações tiveram grandes impactos na compreensão do trabalho dos GMV, uma vez que não foi possível olhar o trabalho como um todo, mas fragmentado. Além disso, só era possível ficar duas horas no PB, pois depois os GMVs saíam para outra atividade, seja o patrulhamento, ou iam para o descanso, na sede. Cabe enfatizar que os PBs não ficam na rua durante todo o dia e, sim, nos horários de pico. Logo, para a pesquisadora não ficar na rua esperando o próximo horário de pico (entre 07-09 horas da manhã e 17-19 horas da noite), voltava para casa, dando por fim a observação daquele dia, o que impossibilitou mais horas de observação no campo. Outra limitação foi a inviabilidade de ver a interação entre colegas e chefias, que aconteciam majoritariamente na sede, e que são importantes para compreender o uso si dos trabalhadores. Os GMVs foram convidados a participar da observação, embora a pesquisa tenha sido autorizada pelo Secretário. Ao chegar no PB, a pesquisadora explicou aos trabalhadores os objetivos da pesquisa, e perguntou se queriam participar, voluntariamente, da mesma. Foi entregue o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), e todos aceitaram. Apenas um Guarda disse que, se fosse entrevista, não gostaria de participar. É importante enfatizar que a pesquisa teve grande aceitação e entusiasmo dos GMVs. Alguns chegaram a parabenizar a escolha do campo pela pesquisadora, disponibilizando-se para tirar qualquer dúvida no que fosse necessário. Outros, num primeiro momento, ficaram tímidos, mas depois vinham

conversar espontaneamente com a pesquisadora. Ao explicar que o intuito não era fiscalizar o trabalho, e que não seria gravado nada, eles começaram a agir naturalmente.

Os encontros para a observação se desenvolveram com duração média de 2 horas e periodicidade de duas vezes por semana. A pesquisa ocorreu durante 4 semanas, totalizando 15 horas. No acompanhamento dos encontros, teve sempre a presença de dois participantes, chegando ao máximo de três. Foram realizados 8 encontros, com participação de 14 guardas de trânsito, sendo 13 homens e 1 mulher. Os 3 gestores, GMVs em cargos de confiança que foram encontrados na pré-pesquisa, também foram incluídos na observação, visto que apresentaram dados importantes para a análise do estudo.

É importante pontuar que no processo de observação, a pesquisadora fez o possível para pôr lado os preconceitos, estranhar o familiar e ter a humildade intelectual, que Schwartz (2014) aconselha ser necessária para conhecer o trabalho desenvolvido por outro. Por isso, iam-se observando minuciosamente todos os detalhes daquele local de trabalho, absorvendo e registrando tudo com a maior riqueza possível e o mínimo possível de interpretação (ANGROSINO, 2009). Foram realizadas notas de campo de elementos que chamavam a atenção, no bloco de notas do celular, tais como explicação do cenário escolhido, descrição dos participantes, descrições de comportamentos e interações, etc. A escolha do celular ao invés do papel se deu pelo fato de que os GMVs não percebiam que estava sendo feitas anotações sobre eles, de maneira a não tratá-los como um experimento de laboratório. Para um retrato mais fidedigno e detalhado dos momentos observados durante a pesquisa e, posteriormente, auxílio na recuperação e comparação dos dados para a análise (ANGROSINO, 2009), após o encerramento da observação, em casa, a pesquisadora escrevia em diários de campo de maneira mais metódica possível (ANGROSINO, 2009). No total, 19 páginas de diários de campo foram escritas.

Descrição dos Procedimentos de análise dos dados

Este subitem do capítulo referente à Metodologia tem por finalidade descrever os procedimentos de análise de dados implementados no âmbito da pesquisa proposta. Registra-se que para a análise de dados adotou-se como parâmetro metodológico a abordagem da *grounded theory*, especificamente no que tange a sua técnica de codificação (CORBIN; STRAUSS, 1990).

A primeira etapa do processo de análise de dados consistiu na codificação aberta (CORBIN; STRAUSS, 1990, RYAN; BERNARD, 2003). O ponto de partida se deu a partir do debruçamento da pesquisadora sobre as anotações dos diários de campo das observações realizadas com Guardas Municipais (GM) de Vitória, no Espírito Santo. A leitura e releitura detalhada do material permitiu a compreensão dos dados e provocou o destaque manual de trechos relevantes das observações, com a identificação de temas amplos (ou rótulos conceituais) relacionados ao problema de pesquisa (RYAN; BERNARD, 2003). Este primeiro ato exploratório dos dados brutos, considerando um nível de generalização amplo (GLASER; STRAUSS, 2006), produziu 20 rótulos conceituais que representavam a realidade concreta do fenômeno estudado. Estes rótulos foram criados e revisados por intermédio da observância dos trechos dos momentos vivenciados com os GMs, as repetições de situações importantes, semelhanças e diferenças sobre as ações e percepções sobre a atividade dos agentes de trânsito (RYAN; BERNARD, 2003). É preciso mencionar que esta etapa do procedimento de análise gerou como fruto não somente os rótulos, mas também permitiu a reflexão sobre o fenômeno estudado. Os dados que emergiram nas observações, a repetição de ideias, a presença de falas específicas e a compreensão prévia do assunto estudado (RYAN; BERNARD, 2003) conduziu o entendimento de que a atividade de trabalho dos agentes de trânsito não está limitada apenas ao espaço da rua, mas também engloba fatores do contexto macrosocial que estão inseridos.

Dessa forma, o presente artigo contempla as seguintes categorias: categoria 1 (O melhor lugar para se trabalhar), refere-se aos momentos em que os GMs, tanto os da área de gestão como os agentes que ficam na rua, indicarem a pesquisadora os locais que seriam mais interessantes para a realização da pesquisa, porque, para eles, há pontos movimentados em que há maior atuação do agente. Essa categoria aborda, então, a divisão que os próprios GMs fazem do trabalho deles, entre o mais e menos interessante. A categoria 2 (Vitrine da sociedade) diz respeito a uma característica importante do trabalho desses profissionais: como trabalham do lado de fora, na rua, estão sob os olhares da população. E essa constante interação com a sociedade afeta as suas microdecisões, as formas como vão gerir seus trabalhos no dia a dia e fazer (re) normalizações. A categoria 3 (O ser guarda) aborda sobre o papel do agente de trânsito enquanto agente de polícia, o indivíduo que sempre está atento a segurança pública e precisa lidar com as imprevisibilidades das situações de trânsito para manter sua própria segurança e a de terceiros. Na categoria 4 (O trabalho cansativo e tedioso) a autora analisa aspectos como o cansaço físico e o trabalho maçante, visto que eles precisam ficar um tempo em pé na rua. Aqui, atenta-se para os usos de si, de seus saberes, inteligência, história que eles fazem para lidar com essas adversidades. A categoria 5 (A importância do coletivo) diz respeito às ações realizadas em grupo pelos GMs, incluindo o compartilhamento de saberes e a companhia que o outro faz na atividade. Por fim, a categoria 6 (A influência do macro na atividade) aborda sobre o sujeito que se invoca por inteiro para realizar sua atividade, e não consegue separar o GM que atua nas ruas, do GM fora do trabalho.

Neste ponto, importante relatar que a partir dos memorandos e das categorias de análise formadas observou-se a interface direta dos dados com a abordagem teórica proposta pela Ergologia (SCHWARTZ, 2000). Os conceitos da Ergologia, demarcados na dimensão do corpo-si, auxiliam na compreensão de como eles fazem uso de si para realizar a atividade de trabalho. Neste artigo, procura-se compreender em profundidade as dimensões que constituem, orientam e perpassam esta atividade, lançar luz sobre seus aspectos mais invisíveis, as maneiras como os agentes fazem uso de si, criam e mobilizam saberes, valores e experiências para concluir a tarefa. A atenção se volta para a distância existente entre a prescrição da tarefa e a mobilização necessária para realizar o trabalho, espaço em que emerge a atividade na perspectiva ergológica (SCHWARTZ, 2000; HOLZ; BIANCO, 2014).

ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção serão apresentadas as análises dos dados coletados. Para tanto, primeiramente, será exposta uma breve explicação sobre a atividade de trabalho dos agentes de trânsito, a fim de que o leitor possa conhecer seu trabalho prescrito. Após, os dados obtidos durante a observação participante serão confrontados com a teoria. Embora realizada a categorização desses dados, a apresentação não será categorizada, ou seja, dividida, e sim em forma de narrativa: o encontro de todas as categorias formam a dimensão do corpo si. A seguir, encontra-se as duas etapas da análise dos dados.

A atividade de trabalho dos agentes de trânsito no Município de Vitória/ Espírito Santo: o trabalho prescrito

Isto posto, a leitura das normas, como as legislações sobre o trânsito, foram fundamentais para conhecer a tarefa, e poder confrontá-las com o que foi observado durante a pesquisa, no cotidiano do trabalho dos agentes de trânsito. Entretanto, cabe ressaltar que não foi realizada uma análise documental. A leitura ocorreu no intuito de ajudar a compreender o trabalho prescrito e real realizado pelos GMs.

A profissão de agentes de trânsito surgiu com o Código Brasileiro de trânsito em 1997, a partir de Lei Federal No. 9503 (BRASIL, 1997). O CTB, como é conhecido, instituiu a figura do agente de fiscalização de transporte e trânsito, como agente público obrigado a atuar na gestão, engenharia e fiscalização do espaço em que o trânsito se desenvolve, reprimindo comportamentos ofensivos às leis de trânsito, por parte dos condutores, atuando na gestão das ocorrências de conflito entre a mobilidade e o meio, restabelecendo as condições de fluidez do trânsito quando as normas, sejam as normas escritas ou as normas do meio, falham inesperadamente, por meio da atuação com seu corpo, da mobilização de seus saberes, valores, experiências com (e sobre a atividade) (VASCONCELOS, 2009).

De acordo com a Lei No. 6.033, que regula os Guardas Civis Municipais de Vitória, grupo profissional o qual o agente de trânsito faz parte, cabe a estes profissionais trabalhar no combate à violência urbana e na fiscalização do trânsito. Para trabalhar como agentes, precisam ter o ensino médio completo, a categoria "B" e aprovação no curso de formação, que integra o concurso público (VITÓRIA, 2008). São servidor estatutários e, por isso, tem estabilidade no emprego. Atuam principalmente na "organização do trânsito na cidade, acidentes, serviço de guincho, fiscalização de obras em via pública ou flagrantes de infração ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e também na segurança em casos de dano ao patrimônio público e quando há denúncias de pequenos delitos ou de situações suspeitas em praças, escolas e parques municipais." (VITÓRIA, 2003)

Assim, as principais atribuições específicas dos agentes municipais de trânsito são: 1) Contribuir para a prevenção e a diminuição da violência e da criminalidade, promovendo a mediação dos conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos; 2) Promover a proteção dos bens, serviços e instalações municipais de Vitória; 3) Promover a proteção do meio ambiente, do patrimônio histórico, cultural, ecológico e paisagístico do Município; 4) Prestar a colaboração, em caráter excepcional, com operações de defesa civil do Município, priorizando a segurança escolar; serviço de escolta; circulação de veículos de cargas; veículos de carga com excesso de peso; vistoria prévia e a guarda dos veículos retidos; 5) Acompanhar o estabelecimento de desvios provisórios, infrações de circulação, estacionamento, parada, por excesso de peso, dimensões e lotação de veículo previstas no Código de Trânsito Brasileiro. (VITÓRIA, 2003, p.36)

A dimensão do corpo-si

O ato de trabalhar, segundo Schwartz (2000), pressupõe arbitragens, escolhas, ponderações, critérios, hierarquização de atos, objetivos e valores em nome dos quais essas decisões se elaboram. Conforme abordado anteriormente, segundo Schwartz (2000), toda situação de trabalho pressupõe arbitragens, escolhas, ponderações, critérios, hierarquização de atos, objetivos e valores em nome dos quais essas decisões se elaboram. Dessa forma, todo trabalho é sempre uso de si, uso dramático de si: uso de si por outros e uso de si por si (SCHWARTZ, 2000). Esse uso que se faz de si, conforme já exposto, não é estático, fixo, mas está em incessante mudança, segundo critérios ou configurações complexas onde os dispositivos materiais, os objetivos sociais impostos às subjetividades laboriosas são sempre retrabalhados e reelaborados (LIMA; BIANCO, 2009).

A observação participante se iniciou em meados do mês de outubro. Desde então, o processo de análise vem sendo realizado concomitantemente a pesquisa de campo. A pesquisadora, fazendo parte daquele coletivo, passou a se engajar na execução do trabalho, como faziam os agentes de trânsito (com algumas limitações). Desse modo, ela também fez usos de si, ou seja, evocava-se por inteiro na busca de novas alternativas para a realização do seu trabalho, renegociando suas ações. Negociações que podiam ocorrer consigo mesma e, muitas vezes, com os demais trabalhadores do grupo. Essa evocação, convocação, inquietude pelo trabalho,

estava intrínseca nos próprios trabalhadores e pôde ser vivenciada pela pesquisadora em vários momentos, que serão expostos mais a frente.

Inicialmente, o que chamou a atenção nesse processo de negociação foram os pontos escolhidos para trabalhar. Isso porque influenciava diretamente o modo como iam se mobilizar e fazer escolhas nas situações de trabalho as quais eram expostos. Foi possível observar que os GMs comentavam sobre os locais que seriam mais interessantes para a realização da pesquisa, porque, para eles, há pontos da cidade que são mais movimentados, o que requer maior atuação do agente. A preferência pelo local para se trabalhar diz respeito ao que os próprios agentes acham do trabalho deles: há momentos em que ele se torna mais ou menos interessante.

Essa divisão foi observada durante toda a pesquisa no campo, desde a inserção, quando a pesquisadora pediu a autorização para a realização da pesquisa com os superiores administrativos, até a fase de observação participante junto aos agentes de trânsito na rua. O trabalho dos agentes tem significados e estigmas que foram criados por eles mesmos e perpetua por toda a estrutura hierárquica dentro da GM. A atividade de trabalho é mais valorizada quando se está em grandes operações, seja em vias urbanas com grande circulação de carros e pessoas, como nos horários de pico, ou em operações especiais, como a do aeroporto, na "operação clandestino". A todo o momento, era falado para a pesquisadora ir observar o trabalho deles nessas posições. Quando perguntado se poderia realizar a observação num bairro residencial, eles diziam que ali não teria nada de interessante para olhar.

Desse modo, percebe-se que o modo como eles significam o trabalho é criado coletivamente, ou seja, o grupo em que estão inseridos, incluindo aqui os pares e as chefias, reforçam a ideia de que há diferentes tipos de trabalho (mais valorizados ou não) para o agente de trânsito. Além desse estigma ser passado de colega para colega, de geração para geração, ele também é criado individualmente, porque eles vivenciam esse trabalho no dia a dia. Não apenas escutam de seus colegas que o trabalho é menos interessante, como também vivem a situação de trabalho e decidem se é interessante ou não. Ao defrontar-se com uma fiscalização de carros ilegais, por exemplo, descobrem que aquela situação, em detrimento de acompanhar um ponto base, é mais instigante. Os novos agentes conseguem entender o porquê de ser criado a ideia de um ponto de trabalho mais atraente. Isso porque em certos momentos, o trabalho do agente de trânsito fica "maçante", como explica um agente.

Cabe enfatizar aqui a ideia do trabalho "maçante". A pesquisadora percebeu que, já no primeiro dia de observação, que o trabalho deles era cansativo e tedioso. Fiscalizar o trânsito significa ficar em pé, na rua, sem acesso ao banheiro ou a água, com um uniforme "pesado" para lhes dar segurança. Em muitas situações os agentes falavam para a ela se sentar, ficar a vontade, para não se cansar. Logo, nem as necessidades fisiológicas lhes são garantidas. Enquanto a pesquisadora comentava sobre dores nas costas, um deles comentou que precisavam ficar com "postura" para impor "respeito" a população. As condições de trabalho (ou a falta de) que lhes são expostos são precárias e incertas. É importante destacar tais percepções pois influenciam os sentidos que lhes atribuem ao trabalho, os modos como afetam suas micro-escolhas na atividade, e como fazem usos de si, que será explicado mais adiante.

A ideia que eles têm de sua própria atividade vai influenciar o modo como realizam um trabalho. Nas situações mais interessantes, o uso dos seus corpos, os movimentos que realizam, os gestos, os olhares e como participam na atividade é de uma forma. E em momentos tidos como mais tranquilos e menos excitantes os agentes fazem usos de si de maneira diferente. Um exemplo é a travessia de pedestres numa via movimentada em horário de pico. Enquanto realizava a observação participante, a pesquisadora notou que os agentes faziam escolhas, mesmo sem saber, em determinados contextos da atividade, como no caso em que o agente se colocou na faixa de pedestre para os condutores pararem e os pedestres conseguirem atravessar. Em outro dia, observando outro GM também numa travessia de pedestres, mas num ponto de base de apoio frequente, sem grandes movimentos, a pesquisadora observou que ele ficava parado,

ereto, olhando o trânsito, sem se movimentar para interferir e ajudar os pedestres. Este agente explicava que, por ser uma operação de rotina, apenas agiria se fosse necessário, se algo saísse do comum. Aqui é possível constatar que houve uma diferença no modo de ser/estar/movimentar-se na cidade que demanda uma inteligência, uma criatividade, a adoção de uma certa postura na busca pela manutenção da própria segurança e da de terceiros.

Os dois casos apresentam um momento mais e menos interessante de trabalho, em que ambos os GMs, ao se depararem com o trabalho prescrito, agiram de maneiras distintas. Embora seja uma atividade constrangida por normas legais bastante rígidas e que poderiam limitar a atuação do agente de trânsito - o planejamento e a operação do trânsito de pedestres está descrito no artigo 24 do CTB - a forma de executar foi operada pelas escolhas do agente no momento concreto ainda que restritas ao princípio da legalidade estrita, pelo qual o agente público no exercício de suas funções só pôde agir nos limites em que a lei autoriza.

Isso quer dizer que, ao se deparar com o real da atividade - o momento exato em que está na rua atuando na travessia com os pedestres-, ele precisa agir para lidar com o inesperado, o desconhecido. E, para isso, faz usos de si, se mobiliza por inteiro, utiliza de sua experiência, sua inteligência, seus valores e seus saberes para fazer uma determinada escolha, e realizar a atividade de um jeito ou de outro (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010). Ele efetua essa escolha porque há sempre algum aspecto que a norma não alcançará no momento imprevisto. Nesse momento, será preciso que o agente decidia o que fazer. Esse momento de decisão é chamado de debate de normas pela Ergologia, em que o sujeito faz micro-escolhas entre o que está prescrito e o que é necessário fazer para cumprir a demanda (MELLO, 2013; DURRIVE, 2014). O resultado dessa escolha é a atividade humana.

Assim, a escolha por ficar na faixa aguardando o pedestre passar demonstra que ele optou por fiscalizar a travessia desse jeito. O agente de trânsito pesquisado sabia que sua atuação ali era necessária. Disse que, devido ao horário, o trânsito ali era "uma bagunça". E que estava ali "para fazer com que o trânsito fluísse". Além disso, o GM ao escolher se posicionar assim, antecipou um problema que estava lá para resolver. Ele sabia que no alto movimento os condutores dos veículos poderiam não parar. Comentou, durante a pesquisa, que o seu trabalho ali era "muito objetivo. Não tinha nada de subjetivo no seu trabalho." Era só o motorista obedecer ao CTB. Só se acontecesse algo diferente que ele deveria agir, e por isso tinha que ficar atento a todo instante. Esse momento mostra que ele, a partir de sua experiência com a situação, teve condições de prever o imprevisível, ao fazer uso do corpo-si (que tem saberes, modos de fazer e conhecimentos particulares incorporados). Tal antecipação se dá nas micro-escolhas por uma ou outra ação na execução da atividade. A forma que o agente vai lidar com essa antecipação depende si, de sua subjetividade. E esta "forma" é da ordem dos saberes constituídos, na experiência, na convivência com o trânsito no município, e se produzem no curso da atividade. Constata-se, portanto, que os agentes de trânsito evocam a atuação de seu corpo-si. Quando se diz o corpo, na perspectiva ergológica, compreende a inteligência, a história, a força física, a experiência de vida e o olhar para o mundo (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010). Em outra situação também é possível observar uso do corpo-si. É o que um dos pesquisados chamou de "balcão de informações". A fala desse agente se refere aos momentos em que GMs dão informações aos passantes, sejam eles pedestres ou motoristas dos veículos. E, em todos os pontos em que fora realizada a observação participante, um cidadão parava um agente para pedir uma informação, seja um local desconhecido ou sobre um ônibus. Mas essa atividade não é prescrita por nenhuma lei que rege seus trabalhos. Entretanto, foi normatizada pelos agentes. Uma GM, uma vez, disse que era até irônico ela ter ficado perdida um dia que decidiu andar de ônibus por Vila Velha: "imagina só, eu, guarda, perdida, você acredita?". Outro GM explica que, por trabalhar muito numa determinada região, acaba conhecendo tudo por ali. Aqui, é possível observar que eles fazem uso de toda a sua história para lidar com aquele trabalho

inesperado, não planejado, mas que já se tornou comum para a figura do guarda. São saberes constituídos, que foram incorporados a eles devido ao tempo que exercem a profissão.

Não existe nenhuma prescrição que defina a tarefa de ajudar o cidadão, indicar caminhos ou locais, sugerir números de ônibus, mas os agentes, no momento do trabalho fizeram a escolha por esse uso de si, a fim de fazer um bom trabalho e demonstrar cordialidade com a população. O agente que é um "balcão de informações" também nos mostra que sua escolha por um uso de si não é apenas para si, mas pelos outros, uma vez que se preocupa em não deixar o cidadão desorientado. Um dos GMs disse até que, quando não sabia a informação, indicava um local onde a pessoa poderia obtê-la.

A situação acima é importante pois também mostra que a origem dessa preocupação, a escolha por esse uso de si nessa atividade de trabalho não prescrita, não tem explicação. A opção por atuar dessa maneira é do indivíduo, que carrega consigo valores que explica por que uma pessoa faz as coisas de certa forma e não de outra, por que ela tem tal tipo de relação com as pessoas e não outro (DURAFFOURG, DUC e DURRIVE, 2010). A ergologia chama esses valores de "valores sem dimensão", pois nem o próprio indivíduo sabe explicar como fez aquela escolha - seja consciente ou inconscientemente (HOLZ; BIANCO, 2014). Esses valores quem definem se o agente vai dar prioridade a uma atividade ou negligenciar outra. Eles também demonstram que a atividade de trabalho (o trabalho real) é atravessada por diversos fatores para além do trabalhador que está ali fisicamente. Os valores atravessam o micro da atividade, e vão influenciar as micro-escolhas dos agentes.

Outros fatores que surgem do macro da atividade, do meio social, e que influenciam o micro, tem a ver como os cidadãos enxergam os agentes de trânsito na sociedade. Por ser um trabalho realizado na rua, do lado de fora, eles estão sob os olhares da população. E essa constante interação com a sociedade afeta as suas micro-escolhas, as formas como vão gerir seus trabalhos no dia a dia e fazer renormalizações. Em outro momento da pesquisa, um agente de trânsito comentou que um dia teve que entrar num ônibus, a pedido dos pedestres, e tirar um homem que estava sendo acusado de molestar uma jovem. Diante do inesperado, o GM disse que, mesmo sem saber o que fazer, sem ter recebido ao menos um treinamento para isso, precisava agir naquela situação, uma vez que as pessoas estavam olhando. O trabalho real desse guarda foi atravessado por questões inesperadas que vieram do contexto em que estava inserido. Ele, que ali era apenas um agente de trânsito (e só recebera treinamento para atuar no trânsito), teve que entrar no ônibus e conduzir o homem até a delegacia de polícia. Observa-se que esse agente fez escolhas e renormalizou aquela atividade fazendo uso de si (baseando-se na sua experiência), optando por conciliar o conflito e levar o rapaz até a delegacia, onde saberiam como proceder. Foi a renormalização (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010), o uso de si mais pertinente que ele encontrou para realizar sua atividade.

Para Schwartz (2000) no momento em que um trabalhador é questionado sobre a existência de dois esquemas de trabalho – prescrito e real - e a razão de sua escolha entre um e outro, ele não terá condições de dizer por que existem simultaneamente diferentes razões nem sempre acessíveis conscientemente. As escolhas são feitas e entrelaçam-se, ora para um uso de si por si – tornar a tarefa possível, por exemplo – ora por um uso de si pelos outros – não confundir pedestres e condutores. Ao fazer determinada escolha, a pessoa não justifica a si mesma os porquês entrelaçados nela, mas o faz porque essas escolhas são intuitivas para ela. É a coexistência da escolha consciente e da inconsciente, convocadas na atividade, que a abordagem ergológica chama de corpo-si.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve por finalidade compreender como os agentes de trânsito do município de Vitória, Espírito Santo, fazem usos de si, criam e mobilizam saberes, valores e experiências

para realizar suas atividades de trabalho. A pesquisa qualitativa realizada foi instrumentalizada com a aplicação da técnica da observação participante com os agentes da instituição. A técnica de codificação a partir da abordagem da *grounded theory* foi relevante para o procedimento de análise de dados. A abordagem ergológica assumida para basear teoricamente o estudo possui capilaridade com o objetivo proposto e se revelou importante na medida em que permitiu explorar a concepção de trabalho como uso de si, exprimindo a condição humana de o homem querer ser sujeito de suas próprias normas. E é essa condição humana que faz do trabalho um lugar de debates e enfrentamento de normas, conhecimentos e valores dos atos de trabalho.

A análise dos dados da pesquisa permitiu constatar que o trabalhador é um só - corpo si - e, ao ir trabalhar, leva consigo suas experiências, vivências tanto laborais quanto sociais, inquietações e aptidões, assim como interage, crua e se constrói no percurso de seu trabalho e de sua vida cotidiana. O ser humano não deixa em casa parte de si quando vai trabalhar. Se evoca por inteiro, interagindo com todos os aspectos do trabalho desde as gestões das nuances, dos detalhes, até as gestões das atividades, sempre existentes em qualquer processo de trabalho. Compreendeu-se assim, que o trabalhador está sempre presente e atento em todos os atos do seu trabalho - realizando antecipações. Ele não é uma máquina sem sentimentos ou emoções, pelo contrário, ele age e reage de forma motivada em diferentes situações de trabalho. Ele sempre está ali integralmente, realizando gestões, ações, interações e articulações, pois o trabalhador, para exercer seu ato de trabalho, tem que tomar decisões, às vezes microdecisões, assumir responsabilidades que às vezes não são prescritas ou obrigatórias, mas que são fundamentais para manter a segurança da sociedade.

Por fim, recomenda-se a realização de uma nova etapa na pesquisa, a autoconfrontação, discutindo com os trabalhadores as conclusões da pesquisa, para que ocorra a validação dos dados com todos os envolvidos, os agentes e a pesquisadora. Essa etapa será fundamental para que o agente possa reviver a experiência ao explicar suas escolhas ao outro - a ergologia acredita que, por meio da linguagem sobre o trabalho, os trabalhadores podem compreender as dimensões envolvidas em sua atividade, tomar consciência da importância de seu corpo, dos valores em jogo nas escolhas efetuadas em sua atividade e para dar conta dela.

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, M. **Doing Ethnographic and Observational Research**. London: SAGE Publications Ltd, 2007.
- BANSAL, P.; CORLEY, K. The Coming of Age for Qualitative Research: embracing the diversity of qualitative methods. **Academy of Management Journal**, (54)2, p. 233–237, 2011.
- BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.). **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, p. 3-21, 2011.
- BRASIL. **Lei No. 9503, 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Congresso nacional, [2019].
- CORBIN. J.; STRAUSS, A. **Grounded Theory Research: procedures, canons, and evaluative criteria**. *Qualitative Sociology*, 13 (1), p. 3-21, 1990.
- DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. **Revisões Temáticas: glossário da ergologia**. Laboreal, Porto, v. 4, n. 1, p. 23-28, 2008.

- GLASER, B. G.; STRAUSS, A. **The Discovery of Grounded Theory: Strategy for Qualitative Research**. New Burnswick, London, Aldine, 2006.
- GUIMARÃES, L. V. M.; CARMO, J. G. M.; CAEIRO, M. The inclusion of clinical approaches and psychoanalysis in the administration: an overview of Publications between 1960 and 2013. **Business and Management Review**, Colchester, v. 5, n. 1, p. 551-561, June 2015.
- HOLZ, E. B.; BIANCO, M. F. Ergologia: uma abordagem possível para os estudos organizacionais sobre trabalho. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. Edição Especial, p. 494-494, 2014.
- RYAN, G. W.; BERNARD, R. Techniques to Identify Themes. **Field Methods**, (15) 1, p. 85-109, 2003.
- SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. **Pro-Posições**, Campinas, v. 1, n. 5, p. 34-50, 2000.
- SCHWARTZ, Y. Uso de si e competência. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, p. 205-221, 2010.
- SCHWARTZ, Y. **Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, 2014.
- VITÓRIA. **Lei No. 6.033, 19 de dezembro de 2003**. Altera a Estrutura Organizacional do Gabinete do Prefeito, da Secretaria Municipal de Transportes e Infra-Estrutura Urbana e da Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Pública, cria a Guarda Civil Municipal de Vitória e dispõe sobre a sua organização, direitos, deveres e atribuições e da outras providências. Vitória, Câmara municipal, [2019].
- VITÓRIA. **Lei No. 7363, 04 de abril de 2008**. Institui o plano de cargos, carreira e vencimento da guarda civil municipal de Vitória. Vitória, Câmara municipal, [2019].